



*A Câmara se reúne: apesar da convocação, só apareceram 218 dos 252 deputados necessários para votar*

# Falta de *quorum* frustra a tentativa de esforço extra

A Câmara dos Deputados não conseguiu número suficiente para realizar a primeira sessão do esforço concentrado de votações para cumprir a pauta de prioridades, prevista para ontem à noite. Apenas 218 parlamentares registraram presença, quando o **quorum** exigido regimentalmente para deliberações de matérias é de 252. Para a sessão de ontem foram incluídos dois projetos, bastante polêmicos: Lei Orgânica da Advocacia Geral da União e novas normas para licitações e contratos da Administração Pública.

O projeto que cria normas para licitações públicas, dificilmente será apreciado esta semana. O substitutivo do deputado Tidei de Lima (PMDB-SP) recebeu cerca de 600 destaques. Um dos pontos mais polêmicos, segundo o autor do projeto, deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), é a introdução do seguro-garantia para a realização das obras e consequente participação da licitação. "Apenas as grandes empresas

têm condições de fazer seguro e isto limitará a participação nas licitações", afirma Ponte, destacando que a alteração do substitutivo distorceu a idéia original do seu projeto.

**Esforço** — O presidente Ibsen Pinheiro resolveu realizar a sessão deliberativa na segunda-feira, já prevendo o esvaziamento da sessão deliberativa de quinta-feira em função do feriado de **Corpus Christi**. Além destes dois projetos, outras duas propostas podem ser votadas antes do recesso: a regulamentação da Reforma Agrária e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. A intenção dos governistas era votar também a Lei de Patentes e Marcas antes do final do semestre, mas o substitutivo do deputado Ney Lopes (PFL-RN) ainda está sendo analisado pela Comissão Especial.

O projeto que moderniza e privatiza os portos brasileiros também está em fase de discussão, mas dificilmente será apreciado este semestre. O substitutivo do

relator José Reinaldo Tavares (PFL-MA) foi aprovado na Comissão Especial, mas recebeu mais de 300 destaques para alteração. Os portuários estão em greve desde a semana passada, para tentar uma negociação com o Governo.

O Senado também não conseguiu **quorum** para votar as 30 matérias que constavam na pauta. Segundo os registros das portarias do Senado, no começo da sessão havia 23 senadores na Casa. Ao iniciar a Ordem do Dia, esse número subiu para 31 — dez a menos para se configurar **quorum**. O senador Epitácio Cafeteira (PDC-MA) solicitou ao presidente para que não haja recesso parlamentar em julho, visto que há um grande número de projetos aguardando apreciação. Benevides disse que irá levar a proposta ao presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Porém adiantou que uma resposta neste sentido só poderá ir a conhecimento público entre os dias 28 e 30 de julho.